

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 95,¹ de 2015 (nº 2.020, de 2015, na Casa de origem)

Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2015 (nº 2.020, de 2015, na Casa de origem)	Emenda nº 1 – CCJ
Disciplina a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU.	
O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
CAPÍTULO I	
DISPOSIÇÕES GERAIS	
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a ação de indisponibilidade de bens, valores e direitos de posse ou propriedade e de todos os demais direitos, reais ou pessoais, de titularidade, direta ou indireta, das pessoas físicas ou jurídicas submetidas a esse tipo de sanção por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU.	
§ 1º A ação de que trata esta Lei decorre do ato que incorporar ao ordenamento jurídico nacional a resolução do CSNU.	
§ 2º A declaração de indisponibilidade de bens, valores e direitos implicará a nulidade de quaisquer atos de disposição, ressalvados os direitos de terceiro de boa-fé.	
§ 3º Os recursos declarados indisponíveis poderão ser parcialmente liberados para o pagamento de despesas pessoais necessárias à subsistência do interessado e de sua família, para a garantia dos direitos individuais assegurados pela Constituição Federal ou para o cumprimento de disposições previstas em resoluções do CSNU.	
§ 4º As disposições desta Lei poderão ser usadas para atender a demandas de cooperação jurídica internacional advindas de outras jurisdições, em conformidade com a legislação nacional vigente.	
Art. 2º Os órgãos e as entidades fiscalizadores ou reguladores adotarão imediatamente as providências necessárias ao cumprimento das ordens judiciais relativas à indisponibilidade de bens, valores e direitos de que trata esta Lei perante as instituições e pessoas físicas sujeitas à sua regulação e à sua supervisão.	
§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, consideram-se instituições sujeitas à regulação e à supervisão as instituições a que se refere o art. 9º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 .	
§ 2º As medidas previstas neste artigo também deverão ser adotadas, no que couber, pelas Corregedorias de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, pelas Capitanias dos Portos, pela	

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 95,² de 2015 (nº 2.020, de 2015, na Casa de origem)

Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2015 (nº 2.020, de 2015, na Casa de origem)	Emenda nº 1 – CCJ
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e por outros órgãos de registro público competentes.	
§ 3º Os órgãos e as entidades fiscalizadores ou reguladores a que se refere o caput poderão, no âmbito das suas competências, editar as normas necessárias ao cumprimento das disposições desta Lei.	
Art. 3º O Ministério da Justiça comunicará ao Ministério das Relações Exteriores as providências adotadas no território nacional para cumprimento das sanções impostas por resoluções do CSNU.	
Parágrafo único. O Ministério das Relações Exteriores comunicará ao CSNU as providências adotadas para o cumprimento das sanções a que se refere o caput.	
CAPÍTULO II	
DO PROCEDIMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO BLOQUEIO	
	Emenda nº 1 – CCJ Dê-se a seguinte redação ao art. 4º e ao § 3º do art. 5º do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2015:
Art. 4º Incorporada a resolução do CSNU, o Ministério da Justiça comunicará à Advocacia-Geral da União que proporá, no prazo de vinte e quatro horas, ação de indisponibilidade de bens, valores e direitos.	“ Art. 4º Incorporada a resolução do CSNU, o Ministério da Justiça comunicará ao Ministério Público Federal que proporá, no prazo de vinte e quatro horas, ação de indisponibilidade de bens, valores e direitos.
Parágrafo único. Proposta a ação, que tramitará sob segredo de justiça, a Advocacia-Geral da União comunicará ao Ministério da Justiça.	Parágrafo único. Proposta a ação, que tramitará sob segredo de justiça, o Ministério Público Federal comunicará ao Ministério da Justiça.” (NR)
Art. 5º Recebida a petição inicial, o juiz decidirá a tutela provisória no prazo de vinte e quatro horas.	“ Art. 5º
§ 1º Executadas as medidas, o juiz determinará a intimação do interessado para, em dez dias, apresentar razões de fato e de direito que possam levar ao convencimento de que o bloqueio foi efetivado irregularmente.
§ 2º O juiz comunicará imediatamente a todas as entidades previstas no art. 2º, sem prejuízo de outras indicadas pelo autor, para que procedam ao imediato bloqueio dos bens, valores e direitos por elas identificados.	
§ 3º Efetivado o bloqueio, as instituições e pessoas físicas responsáveis deverão comunicar o fato, de imediato, ao órgão ou entidade fiscalizador ou regulador da sua atividade, ao juiz que determinou a medida, à Advocacia-Geral da União e ao Ministério da Justiça.	§ 3º Efetivado o bloqueio, as instituições e pessoas físicas responsáveis deverão comunicar o fato, de imediato, ao órgão ou entidade fiscalizador ou regulador da sua atividade, ao juiz que determinou a medida, ao Ministério Público Federal e ao Ministério da Justiça.” (NR)
Art. 6º Será procedida a alienação antecipada dos bens declarados indisponíveis para preservação do	

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2015 (nº 2.020, de 2015, na Casa de origem)

3

Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2015 (nº 2.020, de 2015, na Casa de origem)	Emenda nº 1 – CCJ
seu valor sempre que estes estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação ou quando houver dificuldade para sua manutenção.	
§ 1º O interessado será intimado da avaliação dos bens para, querendo, manifestar-se no prazo de dez dias.	
§ 2º Feita a avaliação e dirimidas eventuais divergências sobre o valor atribuído aos bens, será determinada a sua alienação em leilão ou pregão, preferencialmente eletrônico, por valor não inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor atribuído pela avaliação.	
§ 3º Realizado o leilão ou pregão, a quantia apurada será depositada em conta bancária remunerada.	
§ 4º Serão deduzidos da quantia apurada no leilão ou pregão os tributos e multas incidentes sobre o bem alienado.	
Art. 7º Será designada pessoa qualificada para a administração, guarda ou custódia dos bens, valores e direitos bloqueados, quando necessário.	
§ 1º Aplicam-se à pessoa designada, no que couber, as disposições legais relativas ao administrador judicial.	
§ 2º Tratando-se de ativos financeiros, a sua administração caberá às instituições em que se encontrem, incidindo o bloqueio também dos juros e quaisquer outros frutos civis e rendimentos decorrentes do contrato.	
Art. 8º Será decretado o perdimento definitivo dos bens, valores e direitos em virtude de decisão condenatória transitada em julgado, em processo nacional ou estrangeiro.	
Parágrafo único. A decisão transitada em julgado em processo estrangeiro que decretar o perdimento definitivo de bens ficará sujeita à homologação pelo Superior Tribunal de Justiça, nos termos da alínea i do inciso I do art. 105 da Constituição Federal .	
Art. 9º Em caso de expiração ou revogação da sanção pelo CSNU, a União solicitará imediatamente ao juiz o levantamento dos bens, valores ou direitos.	
§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se também como revogação da sanção a comunicação oficial emitida pelo Ministério das Relações Exteriores de que o nome de pessoa física ou jurídica foi excluído das resoluções do CSNU.	
§ 2º A efetivação do desbloqueio dos bens, valores ou direitos será comunicada imediatamente à	

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2015 (nº 2.020, de 2015, na Casa de origem)

4

Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2015 (nº 2.020, de 2015, na Casa de origem)	Emenda nº 1 – CCJ
autoridade judicial competente pelas instituições e pessoas físicas responsáveis.	
CAPÍTULO III	
DAS DESIGNAÇÕES NACIONAIS	
Art. 10. O juiz providenciará a imediata intimação da União quanto ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, 7º, 8º e 9º desta Lei, bem como de sentenças condenatórias relacionadas à prática de atos terroristas.	
Parágrafo único. O Ministério da Justiça transmitirá o rol das informações de que trata o caput ao Ministério das Relações Exteriores, para que sejam encaminhadas ao CSNU, quando necessário.	
CAPÍTULO IV	
DISPOSIÇÕES FINAIS	
Art. 11. Aplicam-se ao disposto nesta Lei, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Civil.	
Art. 12. Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.	

